

Ulysses quer votar sistema de governo até quinta-feira

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, disse ontem que fará "o possível" para que o plenário vote até a próxima quinta-feira o sistema de governo. Ele disse que a partir de hoje as sessões deverão ser prolongadas até 22h ou 23h (as votações normalmente terminam por volta

das 20h), de modo a acelerar ainda mais os trabalhos constituintes. Se a definição do sistema de governo não puder ser votada até quinta, Ulysses disse que a "prudência aconselha" o adiamento da votação para a segunda-feira seguinte, já que, a partir de sexta-feira, o comparecimento às sessões costuma ser pequeno, dificultando a aprovação de temas polêmicos.

Ulysses deu estas declarações após um churrasco seguido de uma reunião de trabalho em sua casa com a presença dos vice-líderes e coordenadores das bancadas estaduais do PMDB no Congresso constituinte, num total de 36 parlamentares.

Ulysses convocou a reunião para verificar a tendência do partido

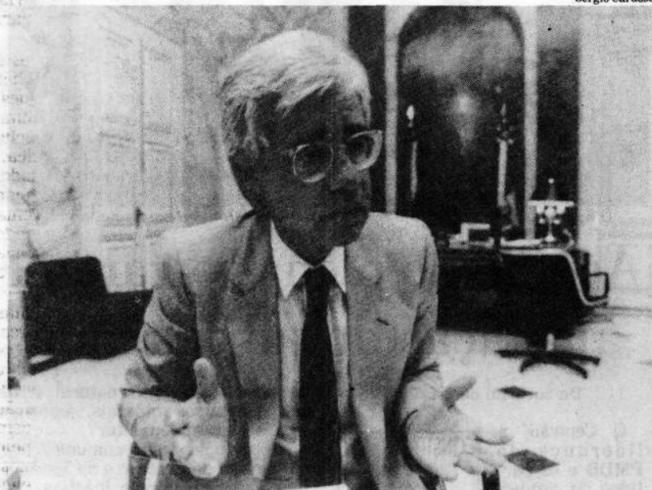
em relação ao sistema de governo e ao mandato presidencial.

No final, as avaliações dos participantes foram divergentes. Pelos números apresentados por representantes de 19 Estados (faltaram Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Paraíba), o parlamentarismo ganha do presidencialismo por 35 votos no

PMDB. Entretanto, a avaliação foi parcial: de um total de 300 parlamentares, tem-se a tendência de 245.

Segundo Ulysses, esta avaliação ainda é insuficiente para se definir a preferência do plenário e do próprio PMDB. Para o senador Fernando Henrique Cardoso (SP) e o deputado Antônio Britto (RS), trata-se de uma "margem razoável" pró-parlamentarismo.

Considerando a vantagem do parlamentarismo, os participantes chegaram a discutir a data mais viável da implantação deste sistema, sem a preocupação de definir a posição do PMDB sobre o assunto. Antônio Britto disse que há um único consenso: o de que a transição deve ocorrer da forma "menos traumática possível", até para se assegurar a sobrevivência do parlamentarismo.



Sergio Cardoso

O governador do Rio, Moreira Franco, em entrevista no Palácio Guanabara

Sistema parlamentarista 'tem crescido muito', diz Moreira

Da Sucursal do Rio

O governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, presidencialista, reconheceu anteontem, em entrevista à Folha, que a idéia do parlamentarismo "tem crescido muito" no Congresso constituinte. Ele reafirmou a soberania da Constituinte, mas defendeu a tese de que, em caso de aprovação do parlamentarismo, este sistema de governo deve ser submetido a um plebiscito em um prazo de "oito ou dez anos, após as experiências de dois mandatos".

Moreira esquivou-se de responder a perguntas polêmicas, como os efeitos dos atritos do presidente José Sarney com o Congresso constituinte e sua disposição de garantir cinco anos de mandato. Moreira também não quis comentar nomes de possíveis candidatos à Presidência da República. A questões sobre estes temas, o governador carioca reagiu com a mesma palavra de ordem: "Vamos votar a Constituição." E argumentou: "Isso é urgente, porque o país está mergulhado numa situação absolutamente incontrolável."

"Acordo de elites"

Ao defender a exclusão do sistema de governo dos debates da campanha eleitoral, Moreira afirmou que o contrário seria "uma irresponsabilidade que o país não aguenta, porque no fundo a opção entre parlamentarismo e presidencialismo é um grande acordo entre as elites".

"O que não se pode é aprovar em março o parlamentarismo e já entrar em campanha contra o parlamentarismo", disse. Previu que isso significaria "mais três anos de insegurança, de instabilidade e de debate sobre questões que desestabilizam a sociedade como um todo".

Moreira mostrou-se cético em relação a uma eventual estratégia de Sarney de apostar na crise para criar condições de permanecer no poder com apoio dos militares. "Os fantasmas só existem quando queremos acreditar neles, mesmo em situações paranormais. O que temos que fazer é votar o que tem que ser votado", disse. "Os democratas não devem aceitar o pressuposto de que o diálogo, ou melhor, a interlocução como sendo calcado no pressuposto do golpe, da conspiração ou da conspirata."

"Compreensíveis"

Para Moreira, declarações como as dos ministros Antônio Carlos Magalhães (das Comunicações), Prisco Viana (da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente) e Leonidas Pires Gonçalves (do Exército), sobre mandato e contra supostas "minorias radicais" no Congresso constituinte são compreensíveis. "Os ministros são ministros do presidente."

Implicitamente, o governador deixou clara sua convicção de que Sarney não conseguirá os cinco anos: "Tudo o que tinha que ser discutido já foi discutido, o povo já sabe quem é quem, as ruas já disseram o que querem. Vamos votar. Aliás, é um apelo que faço aos constituintes. Dêem número, quorum, votem."

O governador disse também não ter "a menor dúvida de que será absolutamente respeitado tudo o que a Constituinte decidir", inclusive por Sarney, pois "o ministro da Justiça, Paulo Brossard, já declarou à Folha

Deputado pode apoiar parlamentarismo

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados, começou no sábado e continuou ontem a travessia de sua histórica defesa do presidencialismo para a aceitação, primeiro, e o apoio, em seguida, do sistema parlamentarista de governo.

A posição de Ulysses a respeito desse tema é considerada decisiva pela grande maioria dos constituintes, em função de sua capacidade de influenciar decisões do plenário da Constituinte.

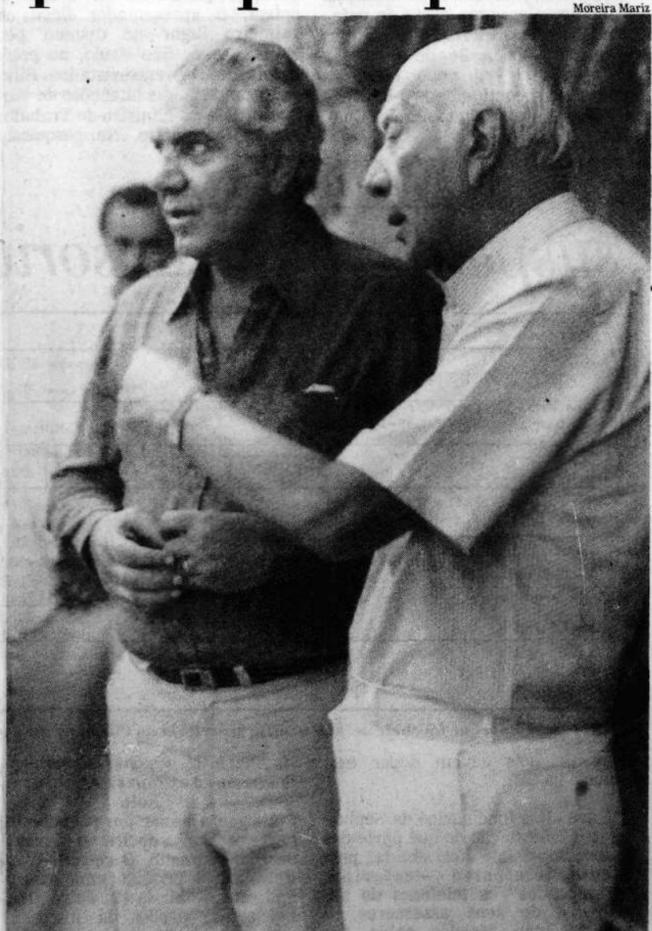
Os primeiros sinais de que Ulysses deu início à guinada surgiram no sábado, quando ele almoçou, em sua casa, com os deputados Nelson Jobim (PMDB-RS) e Genebaldo Corrêa (PMDB-BA), o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líder do PMDB no Senado, e os ministros Renato Archer (Previdência Social) e Celso Furtado (Cultura). Depois, juntaram-se ao grupo o ministro Luiz Henrique da Silveira (Ciência e Tecnologia) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

Todos os interlocutores de Ulysses são parlamentaristas e foram à casa do presidente da Constituinte exatamente para lhe sugerir que embarcasse no parlamentarismo. Dois tipos de argumentos lhe foram apresentados:

1) Jobim ponderou que Ulysses, se se mantivesse presidencialista ou neutro na questão do sistema de governo, "seria responsável pela crise". O deputado gaúcho explicou que, sem a ação de Ulysses, tende a ocorrer o chamado "buraco negro" na votação do sistema de governo, situação em que nenhuma proposta obtém os 280 votos que formam a maioria absoluta. Aí estaria a crise.

2) O senador Fernando Henrique lembrou que, implantado o parlamentarismo, Ulysses seria o primeiro-ministro e poderia começar a governar imediatamente.

Ulysses não se manifestou mas, na avaliação de Jobim, "começou a balançar". O "balanço" ficaria claro no dia seguinte, o domingo em que Ulysses repetiu o almoço com peemedebistas, agora em grupo bem mais amplo, abrangendo todos os coordenadores de bancada e algumas lideranças, num total de 36 participantes de um churrasco regado a vinho nacional e sem direito



Moreira Mariz

Ulysses Guimarães e José Richa na saída da reunião na casa do deputado

ao "poire", o licor de pera reservado para o círculo íntimo do chefe peemedebista.

Ulysses abriu a reunião dizendo que queria fazer um levantamento das tendências do partido sobre o sistema de governo, por temer "um ponto de estrangulamento" na votação. É só casar a observação que lhe fizera na véspera Nelson Jobim, prevendo o "buraco negro" com essa frase para se verificar que Ulysses acusou o golpe assestado pelo deputado gaúcho, parlamentarista convicto.

Os números e argumentos que

Ulysses ouviu em seguida só podem ter reforçado a necessidade de que ele se defina pelo parlamentarismo:

Números — são 140 os peemedebistas parlamentaristas, contra 105 presidencialistas. Faltaram os dados de seis Estados, mas o senador José Richa (PMDB-PR, parlamentarista) assegurou a Ulysses que, com a conta desses Estados, aumentará a vantagem do parlamentarismo no partido.

Ulysses não costuma enfrentar uma tendência cristalizada em seu partido. Ao contrário: "No momento em que adquire a convicção de qual

é a tendência partidária, ele se põe à frente da coisa, com a sua tradicional habilidade", depõe o senador Nelson Wedekin (SC), um dos cômensais de ontem.

Argumentos — o senador Fernando Henrique disse ao grupo reunido na casa de Ulysses duas coisas, em essência: primeiro, que não parecia ser de muita conveniência implantar já o parlamentarismo, em face das previsíveis resistências que o Palácio do Planalto oporá; e, segundo, que o PMDB não conseguirá se dissociar do governo, em havendo eleição presidencial este ano, o que poderá levar à derrota do partido.

Sem discordâncias expressas, o grupo concordou que o parlamentarismo permitiria ao PMDB sobreviver até a uma derrota eleitoral em 88, na medida em que o futuro presidente terá necessariamente que negociar com o partido, majoritário no Congresso Nacional.

Nesse instante, o deputado Cid Carvalho, interlocutor frequente do presidente Sarney, anunciou que o Palácio do Planalto está disposto a negociar a forma e a data de implantação do parlamentarismo. Só Joaci Góes (BA) apoiou a idéia da negociação PMDB-Planalto, duramente rejeitada por, entre outros, Fernando Henrique, Richa e Pimenta da Veiga (PMDB-MG). "Todas as possibilidades de negociação se esgotaram", disseram os três, com ligeiras variações semânticas.

Consolidou-se, a partir daí, uma convicção que já vinha sendo desenvolvida, antes da reunião, por Fernando Henrique e pelo senador José Fogaça (PMDB-RS): o importante, agora, é cuidar de fixar o parlamentarismo nas disposições permanentes, sem entrar em discussões a respeito do momento da implantação e do casamento sistema de governo-duração do mandato de Sarney.

Aprovado o parlamentarismo, espera-se o efeito da decisão, nas três ou quatro semanas que transcorrerão entre a votação das disposições permanentes e a das transitórias. Nestas últimas é que aparecerão a data de implantação do parlamentarismo e o mandato específico de Sarney, na medida em que, não permanente, o que se define é o mandato dos futuros presidentes.

As reações advindas da decisão pelo parlamentarismo é que determinarão, então, o rumo da votação final.